

tempoe presença

publicação mensal do CEDI
número 178
novembro/dezembro de 1982

NATAL



FOME DE DEUS FOME DO HOMEM

Os sinais da esperança são os sinais do Reino. Não somente porque apontam para o que há de vir mas principalmente porque trazem pedaços concretos daquilo que já foi conquistado.

No meio de tantas injustiças, de guerra e de opressão, despontam, aqui e ali, em nosso Continente, vários resultados palpáveis dos avanços e conquistas do povo oprimido. A Igreja também vem assumindo uma parte importante na implantação de uma sociedade mais humana, mais justa, mais bela. Tem participado da luta pela libertação dos camponeses, dos operários, dos pobres. Tem estado presente nas denúncias, nas prisões e no sacrifício da liberdade e da vida, para alcançar o Reino. Não somente para ela, a Igreja, mas para todos. O sentido do ecumênico vem-se tornando mais claro, mais concreto.

Durante todo o ano relatamos aqui, em nossas páginas, os sinais da luta: denunciamos o acúmulo de armas com suas estatísticas estarrecedoras; mostramos os sofrimentos daqueles que lutam pela independência de seus países face à opressão, à miséria e à fome; protestamos contra a prisão de camponeses e líderes religiosos que se dispunham a lutar pela justiça. Enfim, juntamos nossos esforços, embora pequenos, a todos os que buscaram, com firmeza, conquistar espaços efetivos para aqueles que sempre são esquecidos e maltratados.

Cabe, agora, no entanto, falar um pouco do que se fez, dos compromissos assumidos e daquilo que se conseguiu. Parece que este é o espírito do Natal: levantar os avanços, pensar um pouco mais nos sinais da esperança.

Além daqueles que estamos enfatizando aqui; os compromissos dos luteranos, as declarações do Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI), as vitórias das populações indígenas, a declaração dos bispos em defesa dos sem-terra; existem tantos outros que têm sido divulgados pelos órgãos da imprensa e por publicações de outras entidades ligadas à defesa dos setores da população mais atingidos pelas situações de injustiça.

Vimos, com alegria, a reorganização dos sindicatos, a participação dos operários na luta partidária e participamos, apesar de tudo, das eleições de novembro.

Em tudo isto há inequívocos sinais de esperança e de vitórias. Tem crescido o contingente daqueles que trocam a contemplação passiva, embora indignada, por atitudes mais positivas e comprometidas. E a Igreja cresce também com esta participação.

A constatação destes sinais deverá servir de estímulo para a busca de novos compromissos e para o aprofundamento dos já assumidos. Os sinais não são o toque para o relaxamento da atenção e nem para o descanso prematuro; ao contrário, implicam no enrijecimento dos corpos e em maior adiestramento da mente no acompanhamento dos problemas que ainda existem e daqueles que, certamente, virão.

No entanto, é preciso celebrar. Comemorar fraternalmente aquilo que já se conquistou. No intuito de colaborar com esta celebração estamos entregando este número e convidando o leitor para pensar conosco, desde o artigo do Rubem até os excertos de um sermão do Catão, de 1967, sobre o significado do Natal.

Foto de capa
Angela T. Freitas

publicação mensal do CEDI
número 178
novembro/dezembro de 1982

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Paulo Ayres Mattos
Leticia Cotrim
Heloisa Martins
Aluisio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterici
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel

Fotolitos e Impressão
Clip - Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Composição
Gráfica Editora Prensa Ltda.
Rua Cmte. Vergueiro da Cruz, 26
Olaria - Tel.: 280-8507

Assinatura anual: Cr\$ 2.000,00
Remessa em cheques pagáveis no
Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 667273
01238 São Paulo, SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida
Luis Roncari
Edin Abumanssur

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

No silêncio da noite a criancinha chora.

— Acho que ela está com fome — diz a mãe.

E ela toma o seu próprio corpo, o seu seio, e o oferece àquele corpinho que nada conhece deste mundo, a não ser a fome. A boca, obediente à fome e à vida, suga o sangue branco, leite... Vida para quem tem fome, para quem não pode viver sem o seio que se oferece, dádiva de um corpo a outro...

Assim, do corpo de uma mulher se alimenta o Deus-menino...

Deus com fome, Deus que morre se o corpo humano não lhe for oferecido como comida.

Primeira eucaristia, invertida, eucaristia de Natal: recebemos no colo o Deus faminto e lhe dizemos: “Aqui está o meu corpo, aqui está o meu sangue. Leite materno. Vida de todas as crianças. Suga. Bebe. Mata a tua fome. Vive.”

Natal: Deus faminto. Faminto de homens e mulheres de carne e osso.

Que nós tenhamos fome de Deus é compreensível.

Mas que Deus tenha fome de nós e que o seu corpo se esvazie e morra se o seio não for oferecido ao nenezinho, é idéia insólita que nos faz tremer. Somos comida para o corpo de Deus...

Humanidade/madona/mãe,
de cujo ventre nasce,
em cujo colo se deita
o Deus-criança, com fome...

Natal:
celebração da fome,
revelação da sua beleza,
manifestação do seu segredo,
anúncio da sua promessa.



Lourdes Grzybowski

Mas que Deus tenha fome de nós e que o seu corpo se esvazie e morra se o seio não for oferecido ao nenezinho, é idéia insólita que nos faz tremer. Somos comida para o corpo de Deus...

*Humanidade/madona/
mãe,
de cujo ventre nasce,
em cujo colo se deita
o Deus-Criança, com
fome...*



Guilherme Palacios

Fome é gemido do corpo,
suspiro fundo da própria vida,
nas fronteiras da própria morte.
Dor que diz ao corpo que sua vida é evento de
graça, “ad-vento”.

Vida: do corpo, seu maior desejo. Mas ela não
mora nele. Tem de vir de fora. Daí a fome, prece
do corpo pelo pão de cada dia...

Pão, angu, feijão, carne-de-sol, leite, café:
pedaços do mundo, minha carne, misturados
com o suor e a paciência.

Suor: trabalho.

Paciência: espera.

É preciso que o corpo de um outro caia na terra,
como semente, é preciso que um pouco deste
corpo se perca no suor e no cansaço, que ele se
dê e se perca, como semente,
que morra,
no trabalho...

O corpo que trabalha fertiliza a terra.
Perdendo-se, na terra, ressurgue como pão, vida
para o outro.

Cada pão que se come: corpos, milhares de
corpos que estão sendo partidos.

Lança o teu corpo sobre a terra, porque depois
de muitos dias o encontrarão, como pão, como
vida.

Tomai e comei: isto é o meu corpo.

E, na fome, corpo que suspira, boca que se abre,
corpo que espera, revela-se, em gestos profundos
demais para palavras, a nossa ânsia pelo corpo
do outro, nosso pão.

E a ânsia de Deus pelo corpo dos homens e
mulheres, o seu pão.

O menino Deus suga o seio da mãe...

O Natal fala da fome de Deus, do Deus que é fome, eternamente humano, encarnado, à espera do alimento. Deus nos toma como seu sacramento.

É Deus que diz que é bom necessitar, é bom ter fome.

Que é triste, muito triste, ser completo e não ter mais a nostalgia pelo seio da mãe "Pietá". Quem é completo não pode sentir a alegria da dádiva e não pode receber nem o mundo, nem o outro e nem Deus como sacramento...

No Natal, Deus proclama que a fome é o sentido do universo.

Fome: nossos corpos, casas de uma dor permanente, dor que nunca se apaga, a dor da necessidade da vida, vida que não mora em mim, mas que vem a mim, como "ad-vento", evento de graça. Fome de pão, metáfora de toda a imensa fome que faz o universo inteiro gemer.

Fome de leite, como o menino Jesus e todas as criancinhas por este mundo afora,
fome de justiça,
fome de beleza,
fome de alegria,
fome do outro, filho, filha, pai, mãe, amigo,
amiga, mulher, marido...

Natal: Deus se dá como pura fome, e vai crescendo com o pão da nossa carne, que ele elegeu como sendo mais saboroso que o pão dos anjos, e o vinho das nossas festas, que ele escolheu como mais gostoso que o suco do arco-íris. E, com nosso pão e nosso vinho, nossa vida e nossa alegria, ele bebe também nosso fel, as ervas amargas, nossas dores e lágrimas... Também isto é parte da nossa carne...

Deus se fez homem. Natal. Comeu o nosso corpo, bebeu o nosso sangue...

E foi assim que nos transformamos em corpo de Cristo.



*Fome de leite, como o menino Jesus e todas as
criancinhas por este mundo afora,
fome de justiça,
fome de beleza,
fome de alegria,
fome do outro, filho, filha, pai, mãe,
amigo, amiga, mulher, marido...*

Como poderia ter sido de outra forma?

O pão se torna corpo depois de comido.

Nosso corpos: pão eucarístico diante do Deus faminto.

Deus tem fome de nós. Nós: corpo de Cristo.

Sabe? É por isto que existe uma fraternidade natural entre Cristo, fome de Deus pelos homens e mulheres, e os homens e mulheres que têm fome. Eles participam de um mesmo segredo.

Sidney Waisman



A ilusão da riqueza e da fartura: acumular o pão para que a vida deixe de ser "ad-vento" e passe a ser posse, garantia.

“Bem-aventurados os que têm fome...”

Como se eles, Deus faminto, homens e mulheres famintas, tivessem fincada no fundo dos seus corpos a dor-mistério da encarnação. Eles sabem que a vida é um milagre, renovado a cada dia, no pão de cada dia, maná que não pode ser guardado, que só pode ser esperado e recolhido e que, se colhido demais, deve ser repartido/partilhado, pois se assim não se fizer, o excesso, como peixe velho, apodrece e atrai as moscas azuis...

A ilusão da riqueza e da fartura: acumular o pão para que a vida deixe de ser “ad-vento” e passe a ser posse, garantia. Como aquele rico louco que encheu os seus celeiros de comida. Pensou que assim estavam exorcizados os fantasmas da morte: ele se bastava. É sempre assim: os ídolos crescem em meio à abundância.

Natal, transformado em celebração de abundância e de prosperidade, os ventres proeminentes, a gordura que escorre pelo canto da boca cheia, o vômito, protesto do corpo, a humilhação dos pobres, que têm fome, que vão buscar as sobras, os restos...

Difícil imaginar José e Maria tomando digestivos, por haver comido demais, na véspera de Natal...

Restaurar a celebração da fome.
Fraternidade com os que têm fome.
Seus corpos são o pão de Jesus Cristo.
Cristo sofre a sua fome.
Que a mesa seja simples e modesta.
Liturgia da fome.
Na companhia dos que têm fome.
Bem-aventurados os famintos.
Eles sabem que a vida é uma dádiva.
Eles oram pelo Reino.
Eles serão fartos...

Rubem Alves é teólogo, professor de Filosofia das Ciências na UNICAMP e Pastor de Igreja Cristã de Confissão Reformada. Autor de várias obras, inclusive “Creio na Ressurreição do Corpo” lançado recentemente por nossa editora.

OS IMPERATIVOS DA FÉ

Do texto "World Hunger, a Christian Reappraisal", do Conselho Mundial de Igrejas, 1981
Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges

"Não sabeis qual é o jejum que me agrada?

*Romper os grilhões da injustiça,
desfazer os laços do jugo,
quebrar todos os jugos
e libertar os oprimidos;
partilhar teu pão com o faminto,
hospedar os pobres sem abrigo,
vestir aquele a quem encontras nu
e nunca te esquivares frente a teu irmão".*

Isaías 58.6-7

CONVICÇÕES BÁSICAS

Historicamente, a resposta tradicional e mais comum à responsabilidade das Igrejas para com os famintos tem sido a caridade. Os que têm são convidados a partilhar compassivamente com aqueles que não têm.

A caridade, quando se expressa em partilha física direta de alimento, é obviamente insuficiente, ainda que generosa e abençoada em si mesma. O desafio da fome exige muito mais. Embora a benevolência seja em si positiva, ela muito freqüentemente cria lamentáveis dependências e dá margem a um paternalismo injustificado. Os que sofrem fome têm uma legítima reivindicação de respeito por seus direitos e identidade. Os cristãos e as Igrejas são desafiados por suas convicções evangélicas básicas a avançar da caridade para a solidariedade.

A fé e a reflexão teológica podem fornecer claras indicações para uma resposta mais significativa e adequada das Igrejas aos problemas atuais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Os problemas da alimentação são questão de vida ou morte para centenas de milhões; a participação em sua solução demanda uma profis-

são de fé ativa e apropriada no Deus vivo da Bíblia.

Um ponto de partida para a mobilização renovada das Igrejas e dos cristãos pode ser encontrado na evocação de três convicções básicas.

Em primeiro lugar o Evangelho é, segundo as palavras do próprio Cristo, "a boa nova para os pobres" (Lucas 4.18ss; também Lucas 7.22,23). Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, os pobres recebem atenção preferencial de Deus. Sua situação — uma combinação de privação e opressão — é incompatível com o caráter de Deus. Deus é Aquele que liberta as pessoas da opressão, satisfaz a fome com coisas boas (Lucas 1.53), e, acima de tudo, satisfaz as esperanças e expectativas dos necessitados e dos fracos. A "boa nova para os pobres" trazida por Deus é um chamado à conversão, que faz brotar a esperança nos corações dos humildes:

"Não sabeis qual é o jejum que me agrada?

*Romper os grilhões da injustiça,
desfazer os laços do jugo,
quebrar todos os jugos,
e libertar os oprimidos;
partilhar teu pão com o faminto,
hospedar os pobres sem abrigo,
vestir aquele a quem encontras nu
e nunca te esquivares frente a teu irmão" (Isaías 58.6-7).*

Uma resposta ativa aos problemas da fome é portanto uma questão de convicção cristã básica, um ato de justiça para com o pobre, para quem o Evangelho é proclamado como a "boa nova".

Em segundo lugar, outra convicção básica da fé bíblica é a de que os pobres — e entre eles os que têm fome — herdarão o Reino de Deus (Lucas 6.20). Esta afirmação vem do Antigo Testamento. Seus autores insistiram em que o bom rei é aquele que é justo para com os pobres. O profeta Jeremias, por exemplo, criticou severamente o rei Joacaz de Judá por não



Sidney Waisman

A caridade, quando expressa em partilha física direta de alimento, é obviamente insuficiente, ainda que generosa e abençoada em si mesma.

Deus é Aquele que liberta as pessoas da opressão, satisfaz a fome com coisas boas (Lucas 1.53), e, acima de tudo, satisfaz as esperanças e expectativas dos necessitados e dos fracos.



John Taylor/CMI

ter sido como seu pai, Josias, que “era justo com o humilde e com o pobre” (Jeremias 22.16). Na tradição profética da Bíblia, o Reino de Deus é uma ordem onde a justiça e a equidade prevalecerão. Os “cidadãos” dessa ordem serão aqueles que anseiam por mudanças que virão transformar sua dor em alegria, seu sofrimento em felicidade, sua opressão em libertação. Essa convicção tem caráter escatológico, isto é, realiza-se no futuro. Os cristãos e as Igrejas são chamados a participar com os pobres e os famintos em suas esperanças e em suas lutas por justiça. A participação torna-se pois um signo dessa ordem pela qual esperam e oram: “Venha a nós o teu Reino” (Mateus 6.10, Lucas 11.2). Jesus prometeu aos pobres que eles herdarão o Reino de Deus: “Bem-aventurados os que têm fome, porque serão saciados” (Lucas 6.21). Onde quer que a fome seja saciada, ali está um signo da justiça de Deus.

Em terceiro lugar, nos ensinamentos de Jesus sobre o juízo final (Mateus 25.31-46), o Todo-Poderoso (o Panto-krator) separará os que entram em seu Reino daqueles que não entram, à base do que fizeram pelo pobre: o que tem fome, o que tem sede, o estrangeiro, o nu, o doente, o prisioneiro. Jesus está presente incógnito entre os necessitados. “Porque quando eu tinha fome, tu me deste de comer” (Mateus 25.35). Para os que crêem em Cristo, estas palavras são decisivas. Elas nos orientam claramente para o combate con-

tra a fome e suas causas. O juízo de Deus sobre todas as pessoas e nações tornar-se-á efetivo através do pobre, do faminto, do mais pequeno.

LIÇÕES DA BÍBLIA

Trabalho e Alimento

Do Gênesis à Revelação, as Sagradas Escrituras atestam que o alimento (como a própria vida) não deve ser dado por certo. O alimento é um signo da graça de Deus. Um dom, tanto quanto um resultado do trabalho humano.

O trabalho humano para a produção de alimentos não é uma decorrência da queda do homem no pecado. É antes um elemento essencial da determinação de Deus para a boa ordem da criação: “Deus os abençoou (Adão e Eva) e disse-lhes: ‘Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e subjuguai-a, dominai os peixes do mar, os pássaros do céu, e toda coisa viva que se move sobre a terra’” (Gênesis 1.28).

O cultivo humano da terra e a administração das coisas criadas são parte do mandato misericordioso de Deus. A queda do homem não destruiu este aspecto da ordem criada por Deus. Mas a pecaminosidade humana teve sérias consequências, em pelo menos três aspectos: a) a ruptura da comunhão entre Deus e os seres humanos;

b) a ruptura das relações entre os seres humanos; c) a ruptura da comunicação entre a humanidade e a natureza. Esse rompimento reflete-se na sentença de Deus sobre o primeiro casal humano: “À força de penas tirarás dele (o solo) tua subsistência todos os dias de toda vida... Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto até que retornes à terra; porque dela foste tirado. Tu és pó, e ao pó retornarás” (Gênesis 3.17, 19).

O novo começo com Noé incluiu um novo começo para a possibilidade de trabalho produtivo e de prosperidade: “Jamais voltarei a maldizer a terra por causa do homem... Enquanto a terra durar, plantio e colheita, frio e calor, verão e inverno, dia e noite jamais cessarão” (Gênesis 8.21-22).

O Alimento nos Primórdios da História Bíblica

A grande importância do alimento para pessoas e animais é óbvia nas histórias dos patriarcas, entre as quais as dos conflitos entre Abraão e Ló e entre Jacó e Esaú.

Na história da salvação é possível ver a relação entre alimento e libertação, por um lado, e entre alimento e realização das promessas de Deus, por outro. Toda a história de Israel pode ser compreendida como um processo de libertação e de pacificação. Mesmo antes da libertação do Egito, a ação e

a orientação de Deus salvaram o povo da fome e da morte, como o registra a história de José e de sua família. Como pobre errante no deserto, entre o Egito e Canaã, o povo de Deus experimentou sua fidelidade para os que se mantinham fiéis na pobreza. Aprendeu que Deus dá alimento não apenas através das leis da natureza, mas que também está em seu poder sustentar a vida através de eventos maravilhosos. Na terra da promessa, as glebas foram distribuídas para uma produção equitativa de alimentos, segundo o preceito de Deus.

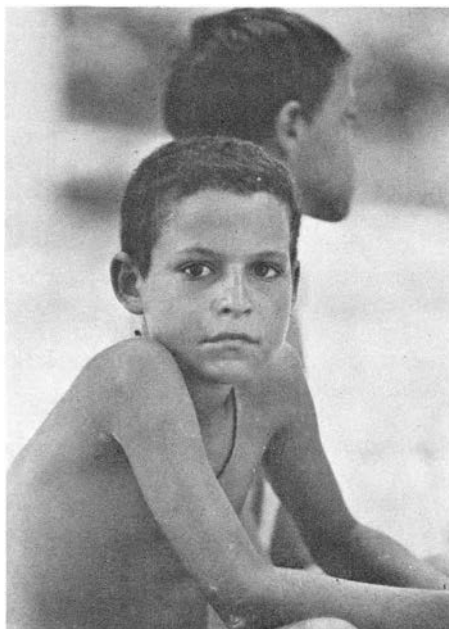
Alimento e Graça

A abordagem ecumênica a uma sociedade mais participatória pode ser enriquecida pela revisão da relação entre alimento e graça na Bíblia, especialmente no Novo Testamento. O alimento, mais especificamente o pão e a água, são signos da graça de Deus para a humanidade: o pão e a água da vida. A prece do Senhor ensina também a valorização do pão de cada dia como um dom, e não somente um resultado do esforço humano. É um dom destinado à partilha, à justiça e à participação. O Sermão da Montanha ensina que as boas coisas que Deus tão abundantemente concedeu devem ser partilhadas com todos os seres humanos incondicionalmente, mesmo com o inimigo. A partilha do alimento é um testemunho da graça de Deus.

Alimento e Comunhão

Os cristãos participam, de uma maneira única e especial, do sofrimento, morte, ressurreição e glorificação de Jesus Cristo através da santa comunhão. Na eucaristia o alimento comum torna-se sacramento.

A Santa Ceia tem muitas dimensões: cristológica, soteriológica, pneumatológica, escatológica... (o sentido do que é Cristo; do que é salvação; do que é Espírito; e do que é o futuro de Deus). Mas, nestas reflexões, suas dimensões eclesiológicas e éticas são as mais relevantes. Como escreveu Paulo em sua Primeira Carta aos Coríntios (10.17): "Porque há apenas um pão, nós formamos todos apenas um corpo, porque participamos todos desse único pão". Em quase toda passagem do Novo Testamento sobre a Santa



Sidney Waisman

Na história da salvação é possível ver a relação entre alimento e libertação, por um lado, e entre alimento e realização da promessa de Deus, por outro.

Ceia, as Igrejas são chamadas ao arrendimento e exortadas a lutar por uma sociedade mais participatória e unida, especialmente entre os que têm fé.

Alimento e Esperança

O anseio ecumênico por uma sociedade mundial auto-suficiente é reanimado nas imagens bíblicas do alimento no futuro da humanidade. Deus veio entre os homens, fisicamente, através da encarnação de seu Filho, Jesus Cristo, que se apiedou dos famintos e os alimentou. E prometeu um reino futuro de festim — de completa comunhão. A visão de uma nova ordem, em que não haverá mais fome, sustenta a fé, a despeito da desordem atual, que deixa tantos sem alimento.

DA TEOLOGIA À POLÍTICA

A Visão de uma Sociedade Justa, Participatória e Auto-suficiente

Os membros do Conselho Mundial de Igrejas vêm, desde a Quinta Assembleia de 1975 em Nairóbi, centrando sua discussão ecumênica sobre o desenvolvimento em três conceitos inter-relacionados: justiça, participação e auto-suficiência. A visão ecumênica atual de uma sociedade justa, sustentável e participatória inspira-se em convicções cristãs básicas, tais como

se expressam em fontes bíblicas, como os temas que viemos de evocar. O que se segue é a compreensão básica de cada uma dessas qualidades de uma sociedade humana.

Justiça. A abordagem ecumênica a uma sociedade mais justa, nos âmbitos nacional e internacional, enraíza-se no conceito bíblico de justiça: o tempo dos juízes, reis e profetas de Israel foi repetidamente marcado por julgamentos do Deus vivo. Esses julgamentos eram ao mesmo tempo atos divinos de confirmação e de decretação da justiça em favor dos pobres e dos oprimidos. Neste sentido, há uma nítida diferença entre o conceito de justiça da filosofia grega e do Direito Romano, e a noção bíblica de justiça (*sedaca*). Para os gregos, a justiça era representada por uma deusa cega, perante a qual todos eram iguais, enquanto para o Deus da Bíblia a justiça exige que o julgamento humano "liberte o fraco e o pobre, e os livre das garras dos perversos" (Salmos 82.4). O conceito de justiça das sociedades ocidentais tem sua origem no conceito dos gregos e dos romanos, para quem a "justitia" comportava a noção da equidade, a de "cada um recebendo o que lhe é devido". A justiça bíblica é diferente. A "correção" que os profetas bíblicos tão abertamente advogaram não era essencialmente individualista e distributiva como o conceito romano. Era mais profundamente social e com frequência levava à crítica radical das relações políticas e econô-

micas vigentes. Os profetas referiram-se às injustiças sociais de seu tempo, que oprimiam o pobre em benefício do rico. Natã, ao acusar Davi, e Oséias ou Amós, ao acusarem outros reis de opressão, anunciaram a provocativa unilateralidade da justiça de Deus, que é a "boa nova para os pobres". O Ano do Jubileu proposto (Levítico, 25) é uma promessa de reforma agrária e de outras formas de libertação para os oprimidos. Não admira que a mensagem profética tenha sido tantas vezes entendida como revolucionária.

O conceito de justiça do Novo Testamento assenta-se sobre o fora antevisto

to no Antigo Testamento. Sugere que os cristãos devem estar comprometidos com uma sociedade igualitária, de modo que todo ser humano seja tratado com dignidade e libertado da opressão. O Novo Testamento vincula a justiça ao amor, e adverte que dela faz parte a empatia com o outro. O Novo Testamento reforça também as dimensões sociais da justiça, e, em Mateus 25, Jesus diz que as nações serão julgadas de acordo com o tratamento que deram aos pobres, aos famintos, aos prisioneiros.

Participação. O fruto da justiça é uma forma de igualdade entre todos os seres humanos, que permita a plena participação de cada um nas decisões que afetem seu destino.

Para que a participação ocorra, é preciso que se desenvolvam processos que permitam às pessoas ter suas opiniões e projetos tomados em consideração. A participação acrescenta a dimensão da significação e do valor à personalidade humana. Não mais um objeto, a pessoa torna-se responsável por seu futuro e, em concerto com os outros, constrói a sociedade.

Auto-suficiência. As raízes do conceito de auto-suficiência podem também ser encontradas na tradição bíblica. A auto-suficiência está intimamente ligada à descrição da criação feita no Gênesis. Ela busca incorporar a ordem dada ao homem por Deus de ser fecundo e de multiplicar-se, de ser o administrador da Terra e de ser co-criador, com Deus, no mundo (Gênesis 2.5-25).

O Alimento como um Direito

As convicções cristãs básicas, a leitura da Bíblia e a visão ecumênica de uma sociedade justa, participatória e auto-suficiente fundem-se na afirmação de que a alimentação adequada é um direito humano universal.

É um direito reconhecido no fórum absolutamente secular das Nações Unidas. É garantido na Declaração dos Direitos Humanos e na Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, nestes termos:

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua

família saúde e bem-estar, inclusive alimentação... (Declaração dos Direitos Humanos — Artigo 25).

Os Estados participantes da presente convenção, reconhecendo o direito fundamental de todo homem a ser libertado da fome, devem tomar, individualmente e através da cooperação internacional, as medidas, inclusive programas específicos, que são:

a) Aperfeiçoar métodos de produção, conservação e distribuição de alimentos pela plena utilização do conhecimento técnico e científico, pela disseminação do conhecimento dos princípios da nutrição e pelo desenvolvimento ou reforma dos sistemas agrícolas, de modo a alcançar o mais eficiente desenvolvimento e utilização dos recursos naturais;

b) Levando em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos países exportadores de alimentos, assegurar uma distribuição equitativa dos suprimentos mundiais de alimentos em relação às necessidades (Convenção... Artigo 11.1-2).

A situação atual de uma dieta de quase inanição para centenas de milhões de seres humanos já não pode mais ser aceita. Sejam quais forem as razões por que esse direito fundamental é tantas vezes esquecido, as Igrejas devem insistir em que o alimento suficiente para viver é um direito.

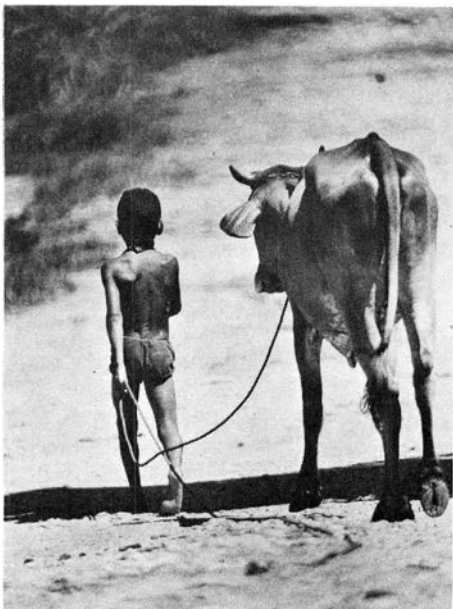
O direito ao alimento implica mudanças nas estruturas mundiais. Pode exigir um reexame de leis, tarifas e tratados. Significará uma reavaliação das instituições que têm sido os principais agentes da produção e da distribuição dos alimentos.

As estruturas econômicas não são sagradas. O direito ao alimento é sagrado.

As Igrejas não podem permitir que outros interesses venham desviá-las de sua preocupação com os que têm fome. Não podem permitir que seu compromisso com os pobres e com os famintos esteja sujeito aos caprichos da opinião pública.

A fidelidade ao Deus que ama os pobres impõe às Igrejas a fidelidade ao compromisso com os pobres e os famintos em quaisquer circunstâncias.

Sidney Waisman



O cultivo humano da terra e a administração das coisas criadas são parte do mandato misericordioso de Deus.

SINAIS DE ESPERANÇA

Movimento Indígena

ELEIÇÃO DE MÁRIO JURUNA COMO DEPUTADO FEDERAL PELO PDT-RIO

Essa é uma oportunidade de um líder indígena ter acesso a uma representação parlamentar, pelo voto direto de todos aqueles que acreditam no direito de participação dos povos dominados que fazem parte do Estado Brasileiro.

A plataforma de Juruna anunciada à imprensa: Um amplo levantamento de toda a população indígena do País, das terras roubadas e ocupadas, dos índios assassinados ou expulsos de suas terras e um estudo-pesquisa sobre a ação da FUNAI em relação à problemática do índio brasileiro. Estes são alguns projetos que o cacique xavante pretende elaborar no Congresso.

CRITÉRIOS DE INDIANIDADE

A FUNAI elaborou um documento anunciando uma série de características, especialmente raciais e biológicas para definir quem é e quem não é índio. Houve uma grande reação de antropólogos, indigenistas, missionários e índios contra mais essa tentativa da FUNAI de emancipar os índios e principalmente privá-los de suas terras. Com todo o movimento contra esse documento racista — porque não existem critérios raciais para se definir um grupo étnico —, a FUNAI arquivou mais este projeto antiíndigena.

GUARANI

Resistência dos índios Guarani de Rancho Jacaré (Município de Caarapó — MS) ameaçados de transferência por fazendeiros em acordo com a FUNAI.



Aniceto, chefe Xavante da Aldeia de São Marcos, Mato Grosso

A UNI (União das Nações Indígenas) realizou em Brasília, nos dias 7, 8 e 9 de junho o Primeiro Encontro Nacional dos Povos Indígenas. Contou com duzentos e vinte e oito índios representando quarenta e oito nações de dezenove Estados e territórios brasileiros.

A questão mais discutida no encontro foi a questão das terras — reivindicaram a demarcação urgente das áreas indígenas. Foi elaborado um documento endereçado ao Ministro do Interior, Mario Andreazza, reivindicando a demissão de nove funcionários da FUNAI, por serem antiíndios. Outros problemas também tiveram destaque nos debates: saúde, educação, reafirmação da autoridade do índio diante das autoridades brancas (funcionários da FUNAI, missionários, etc.).

POTIGUARA

Os índios Potiguara da Bahia da Traição, na Paraíba — depois de esperarem anos a regularização de suas terras — re-

solveram fazer a demarcação por conta própria. Este trabalho começou em dezembro do ano passado, quando o presidente da FUNAI, coronel Paulo Leal prometeu que bastaria isso para que a reserva fosse oficializada.

No entanto, um grupo de Potiguara esteve há poucos dias na FUNAI, em Brasília, para apresentar o resultado da demarcação e pedir sua regularização. O coronel Leal, no entanto, só quer demarcar a terra dos Potiguara se eles desistirem de um terço de seu território de trinta e quatro mil, trezentos e vinte hectares, que se encontra ocupado por usineiros e pela subsidiária de uma multinacional.

Os índios estão revoltados, disseram que não abrirão mão de onze mil, trezentos e vinte hectares para os invasores que se encontram nas melhores terras e onde ainda resta mata virgem. Conseguiram convencer o coronel a ir à reserva, ainda este ano, para discutirem o problema.

TAPIRAPÉ

O presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, assinou uma portaria em abril deste ano, ampliando os limites da área indígena dos Tapirapé localizada no município de Santa Terezinha, em Mato Grosso. Com a medida foram incorporados mais sessenta e quatro mil e quinhentos hectares, com base nos estudos que comprovaram a posse imemorial e a ocupação atual permanente e efetiva das faixas de terra pelos índios dessas comunidades.

Essa foi a vitória dos Tapirapé, que tanto lutaram em defesa de suas terras, pois além de vários posseiros, a Fazenda Tapiraguá do Grupo Medeiros de São Paulo, instalou-se na área, ocupando os sessenta e quatro mil e quinhentos hectares da área Tapirapé.

Foram mais de quinze anos de reivindicação pela demarcação de suas terras. Apesar de toda pressão que sofreram — chegaram a fazer a demarcação por conta própria, em 1977, que não foi reconhecida pela FUNAI —, conseguiram suas terras de volta.

(Segue em anexo carta dos Tapirapé agradecendo o apoio que tiveram em sua luta.)

YANOMAMI

Em março deste ano o Ministro do Interior baixou portaria, interditando a área dos Yanomami. Num total de sete milhões, setecentos mil hectares sendo cinco milhões em Roraima e o restante no Amazonas. Este é um primeiro passo para a delimitação e depois a demarcação da área dos Yanomami. É também o primeiro resultado da constante campanha desenvolvida desde 1978 pela CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami) em nível nacional e internacional, para que tenham uma área contínua e não várias áreas — o que facilitaria a invasão de suas terras. Os Yanomami são mais de oito mil só no Brasil e mais de oito mil na Venezuela, e vivem espalhados em diversas aldeias.

Suas terras são muito cobiçadas porque têm ouro e cassiterita, e sofrem constantes invasões de garimpeiros — que logo são denunciadas pela CCPY, exigindo sua retirada.

Os índios não participam desse movimento em defesa de suas terras pois são muito isolados e não percebem os riscos que correm. E quando percebem pode ser tarde demais, como foi o caso da estrada Perimetral Norte que cortou suas terras. As aldeias que foram atingidas pela rodovia foram exterminadas.

Igreja Luterana continuará participando com voz profética na realidade brasileira



John Taylor/CMI

O XII Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB, realizado de 20 a 24 de outubro, em Hamburgo Velho — RS, decidiu, por unanimidade, que a Igreja deve continuar participando como voz profética na realidade brasileira, na gestão do novo Conselho Diretor, eleito dia 23, à noite, para um mandato de quatro anos.

O tema *Terra de Deus — Terra para Todos* foi amplamente debatido e no documento final apresentado ao Concílio afirmava:

“O Evangelho de Jesus Cristo oferece vida plena, no sentido espiritual, corporal e sócio-político. Assim, questiona e desmascara todas as formas de morte e injustiça. Olhando a realidade com os olhos do Evangelho, constatamos flagrantes injustiças e dolorosas distorções no plano fundiário, agrário, urbano e ecológico brasileiros, agredindo o plano de Deus com a sua criação e suas criaturas. Isso se evidencia:

nas proporções da injustiça no Brasil, em todos os níveis: social, político e econômico;

no grau de perigo que ameaça a humanidade, provocado pelo desequilíbrio ecológico e pela corrida armamentista;

na dimensão de dependência de poderes; no grau que assumiu a ganância individual e coletiva, estruturando-se em um sistema selvagem e desumanizante. O prejuízo é coletivizado e o lucro é individualizado.”

Ao final do Concílio foi aprovada uma mensagem às comunidades, reafirmando as conclusões dos grupos e ampliando a atuação de todos, como Igreja, em favor de melhor distribuição de riquezas no campo e na cidade.

A íntegra da mensagem dos luteranos é a seguinte:

De quem é a terra? Muitos responderiam “do seu dono”, ou “de quem tem o título de propriedade”, ou coisa parecida. Mas a Bíblia nos diz repetidas vezes e claramente, tanto no Antigo como no Novo Testamentos: De Deus é a terra. E nós, cristão evangélicos, confessamos isto no primeiro artigo de nossa confissão de fé. De Deus é a terra — e ele a confiou ao homem para que dela fizesse bom uso, não como dono, mas como mordomo de Deus. Nossa Igreja considera isso muito importante, tão importante que fez das palavras “Terra de Deus, Terra para Todos”, o tema do ano de 1982 e do XIII Concílio Geral. Todos aqueles que pertencem a esta Igreja foram, de alguma forma, confrontados com esse tema no correr deste ano. E os concí-

Moção de Apoio aos Posseiros e aos Sem-terra

Reunidos em Campo Grande na XXI Assembléia da CNBB, Regional Extremo-Oeste, nós Bispos, representantes dos presbíteros, dos religiosos, dos leigos do MS e MT, tomamos conhecimento de alguns fatos extremamente graves, atingindo milhares de famílias de nossas Igrejas.

Queremos, em primeiro lugar, trazer à opinião pública a situação trágica em que se encontram as 64 famílias transferidas em junho último do Município de Itaquiraí para a Gleba Água Limpa, Município de Cassilândia no MS. Estas famílias são o que restou dum total de 480 famílias que tentaram ocupar de forma pacífica uma gleba de terras supostamente devolutas no mesmo Mu-

nício de Itaquiraí. Desistiram da ocupação desta gleba mediante acordo com o governo do MS onde este último se comprometia a reassentar as famílias em outra terra de agricultura no prazo de 15 dias. No entanto, passados 13 meses sem que se cumprisse a promessa, muitas famílias se dispersaram.

As 64 famílias restantes foram finalmente transferidas para Cassilândia. Porém enganadas novamente, foram jogadas em terras de espigão e cerrado, em situação precária de saúde, alimentação e moradia, num total isolamento, sendo que o acampamento está controlado por policiais que impedem até mesmo a assistência religiosa aos transferidos. Duas famílias já conseguiram fugir e voltar para Itaquiraí.

Este fato adquire gravidade maior por não ser um caso isolado em nosso Regional.

Em Taquarussu foram despejadas 15 famílias em agosto último. As 150 famílias de arrendatários de Naviraí também continuam aguardando o cumprimento de promessas no sentido de reassentá-las em outras terras boas. Em Bodoquena milhares de posseiros em terras indígenas necessitarão de reassentamento.

liares em Hamburgo Velho, de 20 a 24 de outubro, dedicaram a ele um dia de intenso trabalho.

À primeira vista, "Terra de Deus, Terra para Todos" parece única e especificamente referir-se à distribuição das terras para agricultura ou pecuária. A reflexão mais profunda, no entanto, nos mostra que temos de entender esta frase de maneira mais ampla — ela se refere à vida em si. A mensagem do Evangelho nos diz que em seu filho Jesus Cristo, Deus manifesta seu amor e traz vida. Ele traz a vida aos que não têm e nem a merecem. Ele dá a vida e a protege. Ele é vida também para aqueles que estão à margem: pobres, cativos, cegos e oprimidos.

Confessamos que é duro e doloroso sermos desinstalados e postos a caminho da margem, da periferia da comunidade e da sociedade. Pois lá está o crescente e alarmante número de desempregados, de desocupados e vítimas do desamor. Existem vinte milhões de crianças carentes e abandonadas e doze milhões de crianças que passam fome e miséria. Nesta marginalização vegetam sessenta milhões de subnutridos. Lá estão os quarenta milhões de migrantes nos últimos dez anos. Lá estão os noventa e seis milhões de pessoas que só podem repartir entre si um terço da riqueza nacional. Lá estão os idosos que, numa sociedade de produção e consumo, apenas representam carga e fardo. Lá estão os restantes índios, cada vez mais distantes de seus costumes e privados de suas terras. Lá estão os pequenos agricultores, cuja sobrevivência está ameaçada por uma política agrária concentradora e exportadora. Lá estão as mães brasileiras, que, entre todas as mulheres do mundo, são as que apresentam o maior teor de DDT no leite materno. Não esquecendo as inúmeras outras manifestações alarmantes e contrárias à vontade sagrada de Deus — que assegura a integridade da vida, a vida em abundância.

Como Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil não podemos ficar calados e acomodados diante desta realidade. Conclamamos nossas comunidades, seus membros, suas diretorias e seus pastores a se engajarem e a promoverem mudanças, para que a terra e suas riquezas sejam, tanto no campo como na cidade, melhor distribuídas e usadas. Para que todos possam usufruir das dádivas do Criador, agindo responsavelmente diante delas, propomos o seguinte:

realizar campanha de ampla informação e conscientização dos problemas agrários e urbanos; apoiar o agricultor na sua luta pela permanência no campo; assumir e defender com responsabilidade evangélica as reivindicações dos movimentos sociais, fazendo um trabalho de base, com associações de bairros, atingidos por barragens, colonos sem-terra, bóias-frias, sindicatos, proteção ambiental, além de inúmeras outras formas de atuação onde o amor de Deus quer se tornar vivo e real entre as pessoas.

Este mesmo amor de Deus, nosso Pai, anima-nos a lutar contra todas as tentativas de ameaça à vida, que nos levam à morte. Na pessoa de Jesus Cristo, Deus atesta ao mundo a vitória da vida sobre a morte. Deus possibilita sinais desta nova vida sempre que as pessoas se encontram movidas pelo espírito da alegria, da justiça e da paz. Esta é a esperança que nos ilumina onde existem trevas, que nos revigora e encoraja onde existe fraqueza e medo e, que nos estimula a crer e esperar que o Reino de Deus venha a nós."

O novo Conselho Diretor da IECLB ficou assim constituído: Presidente: Pastor Augusto Ernesto Kunert; Vice-presidentes: Pastores Gottfried Brakemeier e Meinhard Piske.



Acampamento de Cassilândia, Mato Grosso do Sul, setembro de 1982.

Foto Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado



Em Capão Verde, Município de Alto Paraguai, o próprio Delegado de Polícia a 4 de setembro próximo passado, à noite, acompanhado por pistoleiros, invadiu a casa do posseiro Henrique ferindo-o e matando-o após tortura.

São apenas alguns exemplos. O conflito de terras é generalizado em toda região e em muitos casos não vemos perspectivas de solução por parte dos órgãos responsáveis.

Fiéis ao Evangelho e aos documentos da Igreja, queremos manifestar nosso repúdio ante esta situação de injustiça social e violação dos direitos humanos.

Pedimos aos órgãos competentes medidas urgentes em favor dos posseiros e dos sem-terra de nossa região.

Campo Grande, 24 de outubro de 1982.

Dom Osório Stoffel

Presidente Regional.
(Regional Extremo-Oeste
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

Declaração



Este texto é a declaração da Assembléia Constitutiva do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), em 16 de novembro deste ano, no Peru.

A Assembléia Geral do Conselho Latino-americano de Igrejas, celebrada em Huampani, Peru, profundamente preocupada pela situação geral que reina na América Latina, deseja dirigir-se a todas as Igrejas e povos do Continente, para compartilhar sua inquietude e convocar à oração conjunta, para que o Senhor da Igreja e da História intervenha com mão poderosa, e para a ação solidária em favor dos que sofrem por causa do Evangelho, por causa da justiça. Paz e Graça de Deus nosso Pai e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo.

I. O relato bíblico da criação começa com uma explosão de vida: “No princípio criou Deus”... O Deus da Vida cria a mesma na formosa plenitude de sua variedade. E quando essa vida alcança sua culminância na criação do ser humano — como homem e mulher — Deus mesmo disse que “era bom”.

Aos olhos de Deus a vida humana tem um valor incalculável. Ele mesmo a assume totalmente, fazendo-se em Jesus semelhante a nós em tudo, exceto em que nunca cometeu pecado (Hb 4.15). E porque Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, a vida verdadeira é a vida que se vive na verdade. A transparência que caracteriza as relações entre Adão e Eva e entre eles e Deus, segundo o relato do Gênesis, revela o caráter da verdade que tem a vida. Nada havia para encobrir ou falsear. A introdução do pecado na vida humana, segundo o relato bíblico, é a irrupção da falsidade, do encobrimento e da incapacidade para aceitar a própria responsabilidade (por isso coloca-se a culpa no outro — Gn 3.12, 13).

A história da Salvação, da qual nos dão testemunho as Sagradas Escrituras, é a história da luta constante de Deus com os homens para fazer triunfar a vida sobre as forças da morte. A morte da morte (1Co 15.26) é a meta final do plano divino para que resplandeça a vida: “Eu vim — disse Jesus — para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10.10). E com sua morte, Jesus nos dá a vida.

A vida de Deus, que é a que ele promete a seus filhos, se manifesta na riqueza das relações humanas. Essa vida é o domínio do amor que encontra sua suprema expressão no amor de Deus como doação de si mesmo para o bem dos seres humanos (“Deus amou... para que os que *crêem* tenham vida” — Jo 3.16).

Entendida assim, a vida não pode desligar-se da prática da justiça como ação que busca a integração de toda a comunidade humana em um complexo de relações onde impera o amor. A este respeito a mensagem bíblica também é clara: onde quer que haja um ser humano a quem se impeça de viver a plenitude da sua humanidade, ali existe uma situação de pecado. A mensagem profética, da qual Jesus se torna eco ressonante, não limita sua denúncia nem

seu anúncio a uma esfera reduzida da vida humana, senão que reclama constantemente que reine o amor e a justiça em todos os aspectos da vida, tanto pessoal quanto comunitária, relação com Deus, inter-relações pessoais, habitação, saúde, alimentação, relações internacionais, etc., são assuntos que concernem à vida que Deus deseja e promete, e à qual nos convida, quando coloca perante todos nós a necessidade de escolher entre vida e morte, e o chamado a escolher a vida (Dt 30.15-20): “Escolham a vida para que vivam” (v. 19). Porque a justiça de Deus que destrói os poderosos e eleva os humildes, como cantou Maria — é sempre justiça em prol da vida.

Quando Jesus anuncia o Reino de Deus e a exigência de arrependimento e Fé (Mc 1.14-15), o anuncia como um reino de justiça e amor (“Buscai primeiramente o Reino de Deus e sua...”, disse a seus seguidores — Mt 6.33). Somente onde reinam a justiça e o amor pode existir a paz que é *Shalom*, bem-estar total e não mera ausência de hostilidades. Essa paz significa a criação de uma verdadeira comunidade na qual seus membros vivem “não para si mesmos” (2Cr 5.15; Rm 14.7-9), senão para o Senhor e para o próximo. O testemunho da vida de Jesus e de sua morte ratificou seus ensinamentos e por isso nele se encontra a liberdade para viver a vida que ele mesmo oferece (Jo 8.32-36) e que recebemos por meio da fé nele (Rm 5.1ss). Todo outro tipo de liberdade é escravizante, porque deriva de uma atitude egoísta e, em última instância, pecaminosa. Frente à morte que é conatural ao pecado (“O salário do pecado é a morte”) o Evangelho nos convida à vida (“mas a dádiva de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, Senhor nosso” — Rm 6.23).

II. O panorama global que apresenta nosso Continente mostra claramente que está muito distante de cumprir-se em nossos países a realidade de uma autêntica humanidade. Indicações existem por todos os lados de que a morte quer afogar as manifestações de vida. A América Central é hoje — dizemos com tristeza — o cenário onde se promove a morte: os anelos da vida e bem-estar (paz) se desfazem quando ali proliferam as armas de guerra, e quando os exércitos se preparam aceleradamente para a destruição dos seus próprios povos. Vemos com terror como muitos dos países de nossa América Latina estão sendo empurrados por outros mais poderosos e ingressam na corrida armamentista, às custas da saúde, educação e do verdadeiro progresso dos povos.

A justiça — que é inerente ao Reino de Deus — se vê menosprezada, quando irmãos nossos desaparecem, quando há mães que choram seus filhos, cortados na flor de sua juventude, quando crianças, mulheres e anciãos são indiscriminadamente massacrados, quando nossos países estão cheios de asilados políticos, de refugiados e de pessoas desarraigadas de seus respectivos povos. A presença brutal

da tortura, a existência de um número cada vez maior de pessoas desempregadas, o aumento alarmante do número dos que não sabem ler nem escrever, a negação a grandes setores da população das condições mínimas de sobrevivência e dos direitos humanos fundamentais são manifestações perturbadoras de como a injustiça e a mentira deterioram a vida em nosso Continente.

As condições em que vive a população aborígene em nossa América, que por mil direitos lhe pertence, a situação inferior em que se encontra a mulher latino-americana, o abandono das crianças (o que significa a destruição do nosso futuro) mostram que novas formas de escravidão se pretendem implantar em nossos países para aqueles a quem se nega a liberdade com que Cristo nos fez livres.

Enquanto os poderosos desta terra gritam “paz, paz!”, vai estendendo-se o ódio, a guerra, a destruição e a morte.

E a verdade tem cedido passagem à mentira impune. Se aduzem assim razões como a “segurança nacional” para calar as vozes dos que clamam pelo pobre, enquanto que as verdadeiras razões (a busca do poder, a cobiça e o afã do lucro, dos quais as grandes corporações transnacionais são sua moderna encarnação) se ocultam aos olhos do povo.

III. Apesar da tragédia de uma situação tão sombria como a que se acaba de descrever, as Igrejas cristãs dão graças a Deus porque, no seio da tragédia, surgem incontidos sinais de esperança. Aqui e acolá, ao largo da geografia latino-americana irrompem os sinais do Reino que nos indicam que Deus não ficou sem testemunhas.

Frente ao domínio da morte, irmãos e irmãs nossos estão dispostos a levar até suas últimas conseqüências o mandato de Jesus Cristo de nos amarmos uns aos outros. Assim o demonstram aqueles que lutam em prol dos direitos humanos, ainda que com risco da própria vida.

Frente à injustiça que prevalece, existem muitos que não somente clamam pela justiça, mas que são agentes na luta contra o pecado social. A ajuda humanitária oferecida por aquelas pessoas que abandonam a comodidade do seu lar e de uma posição segura para enfrentarem a insegurança dos campos de refugiados e até mesmo das frentes de guerra são sinais de justiça do Reino. Médicos, enfermeiras e assistentes sociais se contam entre os que desse modo vivem sua fé em Jesus Cristo.

Frente ao império da falsidade e da mentira, existem aqueles que se convertem em testemunhas insubornáveis da verdade, sem medir sacrifícios. Visitam acampamentos de refugiados, percorrem zonas perigosas devido à beligência militar, entrevistam a quantas pessoas for necessário e logo dão seu testemunho sobre o que realmente está sucedendo aos nossos povos. Muitos têm selado com sangue seu serviço à verdade.

Frente à dominação, a busca por nossos povos de formas autênticas de liberdade e democracia é um claro sinal de esperança.

Frente à semente de desunião que como joio alguns estão interessados em semear em nosso solo, gestos de amor solidário de diversas naturezas se vão multiplicando.

A constituição oficial do Conselho Latino-americano de Igrejas em 16 de novembro deste ano é outro sinal do Reino, pois com ela se vai tornando realidade a oração de Jesus Cristo de que sejamos um para que o mundo creia. O CLAI quer representar a unidade para a missão, que é também unidade em solidariedade para a justiça.

IV. A palavra final do Conselho Latino-americano de Igrejas para concluir este apelo às Igrejas e movimentos ecumênicos do Continente contém um desafio para aprofundar nossa unidade em Cristo, com vistas a que o mundo creia e para orar e trabalhar em favor de uma América Latina mais humana, de acordo com a dignidade que Deus mesmo colocou em toda a pessoa. Anelamos uma unidade em busca da verdade, como também em favor da liberdade e da justiça, única forma de amarmos e sermos executores da paz em um continente dividido por interesses bastardos.

Cremos firmemente que Deus, Criador, Sustentador e Redentor da Vida, nos convoca a um autêntico compromisso com Jesus Cristo, fermento do Reino de Deus em todo o mundo.

Nossa esperança encontra nele sua segurança e por isso queremos caminhar em seus passos, que nos conduzem a um novo céu e a uma nova terra, onde habite a justiça. Nesse caminho novo oramos “Venha Teu Reino”. Amém!

Huampaní, Peru, 11 a 18 de novembro de 1982

A TODOS OS GOVERNOS, POVOS E IGREJAS DA AMÉRICA LATINA

Como cristãos, reunidos no Conselho Latino-americano de Igrejas, temos sido novamente movidos pelas muitas mostras de violência em nosso países. Temosorado a Deus por eles e queremos pedir agora a todos vocês um claro e firme apelo ante o governo dos Estados Unidos da América em favor de uma urgente mudança de sua política latino-americana, em particular na América Central, política que cria opressão ameaça iminente de guerra, violação da vida e morte.

Respaldamos todo intento de paz!

Esta mensagem redigida ao final do encontro será entregue ao governo dos Estados Unidos por uma comissão de representantes do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs dos EUA e do próprio CLAI, e será divulgada em toda a América Latina.

Documento

*Documento elaborado durante a Conferência
"Direitos Aborígenes em Perspectiva Internacional",
realizada em Washington DC, outubro de 1982.*

Membros da imprensa, amigos, parentes,

Nós, os delegados nativos reunidos aqui em Washington D.C. para a conferência "Direitos Aborígenes em Perspectiva Internacional", realizada de 12 a 15 de outubro de 1982, desejamos dar-lhes as boas-vindas a esta entrevista coletiva e agradecer-lhes a curiosidade e o interesse.

Desejamos também agradecer às organizações patrocinadoras, que auxiliaram no preparo de nossas viagens até esta capital, e cuja assistência no campo dos direitos dos nativos, ao longo dos anos, tem sido inestimável. São elas: o Indian Law Resource Center, Washington D.C.; o Anthropology Resource Center, Boston; Cultural Survival, Boston; e o Multinational Monitor, D.C.

Talvez o encontro com uma delegação de povos nativos como a nossa seja uma ocasião única para os jornalistas aqui reunidos. Sentados à mesa estão quatro delegados de vários povos índios e aborígenes. Os quatro quadrantes estão aqui representados, quatro grandes regiões do mundo: as Américas do Norte, Central e do Sul, a Ásia e o Pacífico.

Sentamo-nos assim juntos para simbolizar, concretamente e com nossos corpos, a realidade tão freqüentemente ignorada da sobrevivência efetiva de nossos povos, o fato de que grande parte do mundo é povoada por muitos outros povos indígenas como os nossos, e para demonstrar que somos inteiramente capazes de articular nossas maiores preocupações, nossos problemas, nossa realidade.

Povos nativos. Neste continente, nosso continente americano, índios — *inuits, metis, jibaros, guajiros, mestizos* —, em outras regiões do mundo, indígenas, aborígenes, nativos. Povos com características próprias, muitas vezes tribais, e sempre à margem daquilo que o mundo ocidental, o mundo dito civilizado, chama de progresso.

Estamos aqui hoje para falar sobre o progresso e para tentar fornecer uma resposta à questão tantas vezes formulada por nossos povos: que significa progresso para os povos indígenas do mundo?

Nesta semana, no dia 12 de outubro, dia significativo para o povo índio, foi inaugurada uma conferência que veria muitas discussões e depoimentos sobre esta questão. Ouvimos, em companhia de jornalistas, juizes, sacerdotes e figuras do meio universitário, o testemunho de mais de vinte nativos sobre fatos de grande significado para o mundo. Fatos que deveriam ser divulgados para um público muito maior. Pedimos aos membros da imprensa que ouçam atentamente o relato de alguns

desses fatos e que acompanhem, sem preconceitos, o fio comum que deles emergirá.

Pedimos que considerem, por exemplo, o caso das vinte e duas nações nativas da Guatemala. Um fato de grande significado está atingindo o povo Maia da Guatemala, fato que ainda está por ser devidamente reconhecido pela imprensa ocidental.

Desde o holocausto cometido contra o povo judeu pelos nazistas, o mundo não experimentava uma guerra de extermínio — de genocídio — como a que está em curso nesse país da América Central.

Nesta semana, pudemos ouvir o relato de índios guatemaltecos, de sacerdotes, de um representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o que vem ocorrendo ali.

Ouvimos sobre os assassinios e desaparecimentos, os massacres, a morte de populações inteiras de algumas aldeias, queimadas vivas, a guerra total de repressão movida pelas forças de segurança nacional do governo da Guatemala contra sua população civil.

Juntamente com nossos irmãos e irmãs guatemaltecos, perguntamos ao pessoal de imprensa aqui reunidos: Por que vêm sendo os índios da Guatemala, cada vez mais, o alvo principal da agressão militar?

Por que estariam as famílias militares-industriais da Guatemala interessadas nas terras índias das montanhas? Quem seria o maior beneficiário da aniquilação, uma a uma, das comunidades índias?

Por que o governo norte-americano, o chamado "cão de guarda do mundo 'livre'", apóia um governo que está cometendo um genocídio? Seria esse o sentido de "progresso" para os povos nativos?

Permitam-nos deixar a Guatemala por um momento, porque, como dissemos, nossa reunião aqui reflete simbólica e concretamente os quatro quadrantes.

Outros massacres estão ocorrendo pelo mundo. Muitos massacres. E uma parcela terrivelmente desproporcional deles atinge povos nativos, aborígenes. Ouvimos nesta semana o depoimento de povos nativos do Brasil, do Equador, da Venezuela, do Peru, das Filipinas; de aborígenes do continente em geral denominado Austrália; de índios norte-americanos e de nativos do Pacífico.

A maior tensão relacionada à questão indígena no Brasil prende-se à não definição da posse da terra. Instamos as autoridades brasileiras a que tomem as medidas necessárias

para a imediata demarcação das terras dos índios, base da sobrevivência dessas populações. Instamos ainda a que dêem completa proteção às terras índias, que vêm sendo continuamente ameaçadas por invasões, muitas vezes com a cumplicidade de políticos, de grandes proprietários rurais. Exemplos dessa situação são os índios Pataxó, que estão sendo removidos no momento; a comunidade guarani de Ocoi, no Estado do Paraná, que já sofreu essa remoção; e a extração ilegal de recursos naturais localizados nas terras dos Satere-Mawé e dos Yanomami, na Amazônia.

Que refletem esses testemunhos?

Pode-se dizer com segurança que, em sua totalidade, refletem o sentido de “progresso” para os povos nativos. Progresso na forma de gigantescos projetos hidrelétricos, que implicam o represamento de sistemas fluviais inteiros; muitos casos de territórios tradicionais, especialmente territórios de caça, pesca e agricultura, condenados à submersão.

Progresso na forma de, mais uma vez, imensas operações de mineração e desmatamento, invadindo territórios nativos sem levar em conta títulos de posse, direitos de ocupação e muito menos as necessidades sociais, econômicas e culturais das populações locais.

Progresso na forma de grandes empresas agroindustriais, dedicadas à monocultura, que usam predatoriamente enormes extensões de terra para o cultivo de produtos destinados à exportação, como bananas e abacaxis a serem vendidos às sociedades industrializadas. Enquanto isso as terras dos nativos são continuamente reduzidas, sua população é empurrada para áreas cada vez menores, e então censurada por causar sua própria miséria pela superpopulação.

Nós, os delegados nativos reunidos aqui em Washington, pedimos aos jornalistas que não apenas recebam o grande volume de informações que refletem as circunstâncias que os povos nativos enfrentam hoje, mas que façam um esforço especial para investigar essas informações, e desafiamos a imprensa a provar que estamos errados quando afirmamos que as nações aborígenes do mundo estão submetidas a condições que podem apropriadamente ser chamadas de genocídio.

Genocídio. Uma palavra chave, uma palavra que deveria fazer o mundo parar. Em nível internacional, em nível da espécie, o equivalente do assassinio.

Nesta semana os testemunhos que ouvimos focalizaram também o papel desempenhado nesse processo pela moderna instituição conhecida como empresa multinacional.

Na Guatemala, especificamente, poderíamos apontar uma série de companhias multinacionais, entre as quais cento e noventa com sede nos EUA, que representam um investimento total atual de mais de trezentos

milhões de dólares e controlam grande parcela do interior da Guatemala.

Essas empresas — e entre elas a United Brands Corporation, uma ramificação da United Fruit Company, que na década de 1950 chegou a possuir dois terços de toda a terra cultivável da Guatemala — trabalham em íntima associação com o governo militar do país, como ocorre em quase toda parte do mundo. Quando o Departamento de Estado norte-americano fala na proteção aos interesses americanos na América Central, está falando na proteção aos interesses dessas companhias.

Um estudo cuidadoso dessas multinacionais revelaria que elas serão encontradas operando em terras de quase todas as nações indígenas e que, nos nossos dias, são elas a verdadeira definição de “progresso” para as comunidades nativas.

Para concluir:

Nós, os povos indígenas, estamos empenhados em preservar a humanidade do gênero humano. Estamos ofendidos pelo fato de que direitos básicos dos povos são ignorados por Estados-nações do mundo, e de que as vítimas desses abusos são quase sempre os povos indígenas.

Todos os povos deveriam ter garantidos os direitos básicos a uma existência contínua.

Os governos do mundo não reconhecem os direitos dos povos indígenas a continuar a existir como povos, e esse fato leva aos mais hediondos crimes, que, quando cometidos com a cumplicidade dos governos, são chamados violações dos direitos humanos. Tais crimes incluem torturas, desaparecimentos, assassinios, incêndios criminosos, prisões por motivos políticos, inanição planejada e roubo de terras.

Perguntamos: Pode isso ocorrer? Devem os povos aborígenes do mundo ser exterminados?

Deverá o “progresso” significar inevitavelmente o genocídio para os povos nativos?

Instamos os membros da imprensa aqui reunidos a considerar esta questão.

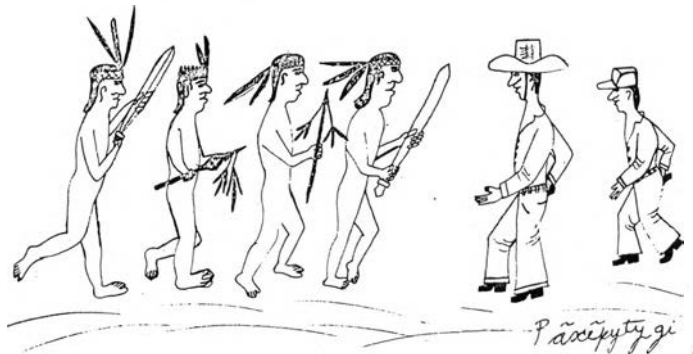


Ilustração do livro “História de Lango”, CIMI, Brasília.

As reivindicações dos famintos

Do texto "World Hunger, a Christian Reappraisal", do Conselho Mundial de Igrejas, 1981.

UM ESCÂNDALO ECUMÊNICO: A REALIDADE DA FOME

A fome é uma realidade inescapável de nosso tempo. Ela não se limita a uma região específica do mundo, nem a uma única raça. A fome é, por toda parte, um elo de sofrimento e de insegurança. Os mais pobres são os mais atingidos. A fome é a sina de milhões de refugiados e de populações deslocadas por motivos políticos.

A fome se revela nas faces dos povos das minorias tribais do sul da Ásia, que têm poucos recursos agrários e baixa posição social.

A fome pode ser uma aguda realidade para os refugiados indochineses, no Sudeste asiático.

A fome prevalece na quase totalidade da África. E leva freqüentemente às tragédias do aborto e da morte de crianças.

A fome está presente em grandes extensões no Brasil, onde colonos lutam para preservar os pequenos pedaços de terra que cultivaram, ameaçados pela invasão legalizada de grandes empresas agrícolas.

A fome está presente em países ricos. Nos Estados Unidos — neste exato momento — muitos pobres estão perdendo o auxílio de bônus de alimentos e de programas de alimentação, extintos.

Os efeitos da escassez de alimento podem ser sentidos nos países da Europa oriental, onde a crescente necessidade de importar, a elevação dos preços dos gêneros alimentícios e as longas filas para adquiri-los ganharam acentuada dimensão política.

As imagens da fome podem ser vistas por toda parte. As Igrejas não podem

deixar de vê-las. Alguns dos famintos são membros de congregações cristãs. Seus problemas são problemas imediatos das Igrejas. A maior parte, no entanto, está fora da comunhão cristã, ainda que à vista — e pesando na consciência — do povo cristão.

Estas imagens nada têm de sensacionalistas. Descrevem uma realidade inquietante no mundo: "vemos" a fome!

QUEM SÃO OS FAMINTOS?

As situações de emergência deixam milhares de vítimas de fome aguda em sua esteira. Essas emergências marcaram toda a história humana. A fome periódica fez certamente parte da história bíblica. Os "sete anos magros" dos tempos de José tornaram-se um símbolo universal.

É uma velha tradição das Igrejas responder caritativamente às situações de fome coletiva aguda. As Igrejas se uniram recentemente em respostas de âmbito mundial às condições de crise no Sahel, em Kampuchea, na Etiópia, na Polônia e em outros lugares.

Os desastres naturais tendem hoje a ter efeitos menos terríveis que outrora. Maior solidariedade e motivação política, sistemas mais eficientes de comunicação e de transporte bem como melhores mecanismos multilaterais permitem o socorro mais rápido e adequado às áreas de fome.

Em nossos dias, as situações de emergência geradoras de fome aguda são cada vez mais fabricadas pelo homem. Pessoas passam fome porque outras pessoas querem que passem fome: porque a fome é usada como arma política; porque manipulam-se planos deliberados de morte pela fome no interior de nações; porque desordens políticas provocam o deslocamento de milhões de pessoas, que se tornam refugiados.

Mas, sejam naturais ou produzidas pelo homem, as calamidades são sempre mais devastadoras para os muito pobres — para os que já viviam no limite da subsistência antes que a catástrofe eclodisse.

Em 1973-74, uma crise mundial de alimentos despertou a humanidade para a fragilidade do sistema mundial de alimentação. Uma psicologia de mer-



cado alarmista desenvolveu-se, à medida que o efeito de uma série de eventos políticos, comerciais e climáticos leva à brusca elevação dos preços da comida.

O mundo reagiu inicialmente como se a crise fosse uma versão ampliada das fomes localizadas, causadas por deficiências de abastecimento, que sempre haviam ocorrido ocasionalmente. Alguns proclamaram que o mundo estava chegando ao limite de sua capacidade de alimentar sua população.

As Igrejas responderam à crise mundial de alimentos com uma série de apelos para a formação de estoques destinados a atender à situação de emergência. No entanto, também elas deram-se conta da necessidade de um processo sistemático e profundo de análise e de compreensão. Isso levou a uma maior consciência de que a fome não ocorre apenas em situações de emergência, sendo antes uma realidade permanente para milhões de pessoas. Passou a ser melhor entendido que o mero fornecimento de alimentos de emergência estava longe de ser suficiente. Começou também a ser compreendido que cerca de um bilhão de pessoas no mundo jamais podem se proporcionar uma dieta adequada mínima.

As estatísticas são imprecisas. Talvez as pessoas subnutridas sejam quatrocentos milhões e não um bilhão. Até mesmo o nível necessário mínimo de consumo calórico pode ser discutido. De qualquer modo, as grandes linhas da situação tornaram-se claras.

Milhares morrem de doenças que não teriam sofrido, ou que teriam sido menos graves, tivessem eles sido melhor alimentados. Dezenas de milhares de crianças morrem — algumas nos primeiros meses, outras mais tarde — em parte porque não comem o suficiente. Centenas de milhões de pessoas no mundo estão vivendo abaixo de qualquer definição de uma dieta humana adequada.

Há indícios de que houve progresso. A parcela de famílias sem alimentação adequada é hoje provavelmente menor que há uma geração. Aumentos rápidos e muito espalhados na expecta-

tativa de vida de populações pobres por todo o mundo sugerem alguma melhora da dieta e de outras condições básicas de vida.

Por outro lado, o número absoluto de pessoas subnutridas certamente cresceu na última geração. A defasagem entre elas e os mais ricos, em seus próprios países e nos demais, tornou-se ainda maior.

O progresso que tenha sido feito representa apenas os primeiros passos no que promete ser uma longa e árdua luta pela eliminação da fome. Seu êxito exige um esforço continuado no tempo.

AS REIVINDICAÇÕES DOS FAMINTOS

Como outros seres humanos, os famintos sabem que não podem viver apenas de pão. A comida aplaca a fome no momento. Mas a vida demanda um suprimento contínuo de alimento; exige os meios que permitam a obtenção regular e adequada do alimento. Somente com essa viabilidade podem as pessoas encontrar sentido na vida e realizar seu potencial.

A humanidade não pode banir a fome através de meras doações de comida aos que sofrem seus tormentos. Deve apoiar e favorecer os que sofrem fome nos esforços que *eles próprios* realizam para assegurar-se um suprimento contínuo.

Exceto na carência absoluta, os famintos não pedem comida, reivindicam antes para si a dignidade do trabalho e uma identidade como membros valorizados da comunidade.

Os que sofrem fome são quase sempre os pobres, nas áreas rurais privados de terra e de água; nas cidades, de trabalho ou emprego. Sem recursos ou posição, vêm-se excluídos da comunidade. Levam uma existência precária à margem da sociedade. Sua fome, portanto, é apenas o sintoma de sua condição, mas torna-se também sua causa.

O direito de viver implica o direito a um suprimento de comida. Os dois direitos só serão desfrutados se os sistemas econômicos e sociais, bem como as estruturas políticas, possibilitarem a todas as pessoas, pobres e ricas, subnutridas e bem alimentadas, a segurança de um lugar e um papel através do qual elas possam promover a erradicação da fome.

IMPLICAÇÕES DA FOME

A erradicação da fome exige mudanças profundas nas instituições econômicas existentes e alterações substanciais nos arranjos sociais assimétricos de hoje. Os famintos tornam clara sua reivindicação: não apenas comida, mas a possibilidade de se proverem a si mesmos de alimento. Os que nunca sofreram fome — os abastados do mundo — devem reconhecer a reivindicação dos que têm fome; podem ajudá-los a obter o que reivindicam através de agências governamentais e não governamentais, de organizações públicas e privadas. Os cristãos, em particular, são chamados a agir corajosamente; devem levar à frente a luta pela erradicação da fome, pois as reivindicações dos famintos são também os imperativos da fé cristã.

Tradução de:
Maria Luiza X. de A. Borges



SERMÃO DE NATAL

(Trechos)

Frei Catão

A estória de um casal de artesãos peregrinos, que não encontra lugar na hospedaria, cuja mulher se vê compelida no fim de seus nove meses, a dar à luz na estrebaria é, na realidade, a história do cumprimento do desígnio de Deus, anunciado pelos anjos aos pastores e decantada no céu como momento de glória para Deus e de paz na terra entre os homens que Deus envolve no seu amor. A simplicidade exterior dos fatos, que o evangelista narra sem nenhum dos exageros mais tarde acumulados por uma discutível piedade cristã, carrega, na verdade, o peso de tudo aquilo que Deus quer para os homens, no seu amor, e a que nós mesmos aspiramos com as fibras mais autênticas de nosso coração de homens. O recém-nascido que se aquece na noite fria ao calor do boi e do burro, é o Salvador que nos nasceu na cidade de Davi, o Messias, Nosso Senhor.

É na simplicidade dos gestos autênticos que se vivem os valores capitais da existência, como é, no traço singelo do pintor, que reluz a força irresistível da beleza. O que é verdadeiro e humanamente grande não são os ideais falsamente prestigiados pelos que têm vergonha do humano, do imediato, do simples ou do carnal, mas os gestos, os fatos em que o homem, se afirmando como homem, na sua realidade carnal, inscreve na sua existência real, o mistério do amor, feito de acolhimento, de atenção e de dom efetivo de si mesmo ao outro homem.

Assim também é o nosso Natal. Desdobramo-nos durante todos esses dias em atenções para com nossos próximos, nossos familiares, nossos amigos. Procuramos traduzir em cartões de boas-festas, em votos de felicidades e em presentes múltiplos, nosso amor, nossa amizade, nosso reconhecimento. Daqui a pouco estaremos reunidos em pequenos grupos numa ceia, prolongamento desta nossa grande ceia, eucarística. Enfeitamo-nos e às nossas casas, para nos dizermos, com simplicidade, que estamos alegres de estar juntos, contentes de nos conhecermos, radiantes por vivermos unidos. Como é verdadeira e autêntica essa nossa festa! Não são humanos os que vivem levemente, são ainda menos cristãos os que a condenam, porque desconhecem a força do amor, a alegria de viver, o prazer imenso de partilhar a ceia e de beber do mesmo vinho.

Num mundo dilacerado pela guerra, os homens se reúnem como irmãos. A guerra se nos parece hoje mais absurda do que nunca, porque sentimos, no fundo de nosso coração, que somos feitos para a Paz, para vivermos como irmãos. Num Brasil ameaçado pela violência, em que às vozes dos que se elevam em favor dos oprimidos e dos humildes se contrapõe o brandir grotesco das armas agoureiras de um poder

ditatorial ainda mais duro, nós nos reunimos em nome do amor e sentimos mais forte do que nunca, como é anti-humano e como é ridículo querer sopitar, com a força, a fome e sede de justiça, que habitam o coração de um povo. No seio de uma Igreja dilacerada por separações que duram séculos, e até milenares, em que as divisões, às vezes, parecem ainda se exacerbar com as perspectivas de renovação e de "aggiornamento", nós nos reunimos como irmãos e melhor sentimos como é falso e diabólico querer salvar a integridade sonhada da fé com a negação concreta do amor e da caridade. O que faz a seriedade do nosso Natal, o que dá uma dimensão humana à nossa festa é esse repúdio à guerra, à violência e ao cisma, vivido no gesto concreto da fraternidade, dos votos, dos presentes e das ceias, como em Belém, na simplicidade do presépio, foi vivido o mistério da salvação da humanidade.

Como cristãos, devemos ter o cuidado de não querer reivindicar para nós uma festa que é do mundo, que é de todos os homens, assim como muitas vezes somos tentados a reivindicar para nós uma salvação que é do mundo, de todos os homens. Se o fato de sermos cristãos nos separasse dos homens, precisamente nessa festa de união e de conagração universais, Jesus Cristo teria vindo distanciar-nos dos outros homens e o Evangelho se estaria contradizendo a si mesmo! Pobres daqueles que usam do nome do Cristo para se protegerem da sorte comum da humanidade... Nada estão compreendendo da mensagem do Natal!

Catão, ex-dominicano, formou-se em Filosofia pela PUC de São Paulo e em Teologia em Marselha, na França. Foi um dos inovadores da Teologia Católica no Brasil. Autor de "Igreja sem Fronteiras".